

NÃO PERGUNTE, NÃO DIGA: UM OLHAR SOBRE A POPULAÇÃO LGB NA ESTATÍSTICA OFICIAL BRASILEIRA

Gabriel Laguardia Rocha¹

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

E-mail: gabriellaguardia1997@gmail.com

Débora Assumpção Lima²

Queen's University, Canadá

E-mail: deborassumpcaolima@gmail.com

Resumo

O objetivo deste trabalho é discutir a situação da população LGB nas estatísticas oficiais brasileiras a partir de bases de dados secundárias estatísticas e bibliográficas, avaliando as necessidades da população LGB no que tange à disponibilidade de dados estatísticos no Brasil para compreender as lacunas que persistem no trabalho estatístico oficial do país em relação às populações LGB. Na primeira sessão, discute-se os aspectos relacionados à sexualidade e à identidade sexual, tanto no âmbito subjetivo e individual quanto no âmbito político e social. Na sessão seguinte, procura se estabelecer um panorama do trabalho estatístico no Brasil, incluindo as principais instituições que conduzem o trabalho estatístico, as ideologias que permeiam a estruturação desses trabalhos no país, as aplicações e principais pesquisas pertinentes à temática trabalhada. Por fim, analisa-se a situação da população LGB no Brasil à luz de trabalhos que se debruçaram sobre os dados estatísticos disponíveis, preferencialmente aqueles coletados por órgãos estatais, em alguns recortes temáticos pertinentes à essa população no Brasil.

Palavras-chave: Censo; IBGE; lésbicas; gays; população.

DO NOT SAY, DO NOT ASK: AN OVERVIEW ABOUT BRAZILIAN OFFICIAL STATISTICS AND LGB POPULATION

Abstract

The aim of this paper is to examine the availability of statistical data on the LGBT population in Brazil based on secondary statistical and bibliographic sources. This assessment will identify gaps in the country's official statistical work regarding LGBT-related data and legislation.

The first section discusses aspects related to sexuality and sexual identity, examining both the subjective, individual level as well as the political and social dimensions. The following section provides an overview of statistical work conducted in Brazil, including the main institutions involved, the underlying ideologies, and the key research areas pertinent to this topic.

Finally, the paper analyzes the situation of the LGBT population in Brazil in light of existing studies that have focused on the available statistical data, particularly from state agencies, across relevant thematic areas. This analysis aims to uncover the persistent gaps in Brazil's official statistical work on the LGBT population and its legal protections.

Key-words: Censo; IBGE; lesbians; gays; population.

¹ Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais.

² Graduanda, mestra e doutora pelo Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pos-doutora pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Departamento Global Development Studies da Queen's University.

NO PREGUNTES, NO DIGAS: UNA MIRADA A LA POBLACIÓN LGB EN LAS ESTADÍSTICAS OFICIALES BRASILEÑAS

Resumen

El objetivo de este trabajo es discutir la situación de la población LGB en las estadísticas oficiales brasileñas a partir de bases de datos estadísticas y bibliográficas secundarias, evaluando las necesidades de la población LGB en cuanto a la disponibilidad de datos estadísticos en Brasil para descubrir las lagunas que persisten en el trabajo. el estadístico oficial del país sobre las leyes LGB. En la primera sesión se discuten aspectos relacionados con la sexualidad y la identidad sexual, tanto a nivel subjetivo e individual como a nivel político y social. En la siguiente sesión, buscamos establecer un panorama del trabajo estadístico en Brasil, incluyendo las principales instituciones que realizan trabajo estadístico, las ideologías que permiten estructurar ese trabajo en el país, las aplicaciones y principales investigaciones relevantes al tema discutido. Finalmente, se analiza la situación de la población LGB en Brasil a la luz de trabajos que se centraron en los datos estadísticos disponibles, preferentemente aquellos encontrados por órganos estatales, en algunas secciones temáticas relevantes para esta población en Brasil.

Palabras-clave: Censo, IBGE, lesbianas, gays, población.

Introdução

O objetivo deste trabalho é discutir a situação da população LGB nas estatísticas oficiais brasileiras a partir de bases de dados secundários e bibliográficas, avaliando as necessidades da população LGB no que tange à saúde, trabalhabilidade e estrutura para compreender as lacunas que persistem nas estatísticas oficiais do país em relação a tal grupo.

Os registros estatísticos oficiais, apesar de sua estrutura histórica arraigada no Brasil Império, firmam-se enquanto ferramenta investigativa da composição demográfica do país, especialmente após 1940, com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1936 (OLIVEIRA, SIMÕES, 2005).

Senra (2008) traça um panorama da pesquisa estatística no Brasil, ressaltando a instituição do Censo em 1960, já sob responsabilidade do IBGE, como um marco na superação de um modelo estatístico lento e impreciso. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 1969 foi imprescindível para a consolidação desse novo modelo estatístico. Atualmente a PNAD, renomeada PNAD Contínua, acontece trimestralmente, segundo Júnior et al. (2019).

O Censo conduzido durante a década de 1970, segundo Oliveira e Simões (2005), foi um marco definitivo na condução da pesquisa, com os dados coletados - especialmente os referentes à renda, educação e saúde - sendo amplamente utilizados no estabelecimento de uma dimensão do quadro social do país, incluindo na montagem de panoramas acerca das desigualdades regionais.

Ainda segundo Oliveira e Simões (2005), categorias associadas ao âmbito identitário, tais como a autodeclaração racial e étnica, sofreram reformulações ao longo dos anos de história do Censo principalmente através da pressão dos movimentos sociais para a coleta dos dados na pesquisa, como é o caso da inclusão da alternativa “indígena” como resposta à pergunta “Qual é sua cor ou raça?” no Censo de 1991 (PEREIRA, AZEVEDO, 2004).

Sobre dados relativos à saúde, a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) aparece em 2013 como uma subamostra da PNAD, visando a coleta de dados especificamente acerca da saúde em uma amostra de domicílios brasileiros, selecionada a partir da Amostra Mestra da PNAD.

Ponderando o quadro geral dos principais trabalhos estatísticos oficiais do Brasil, a demanda de grupos minoritários em serem incluídos na coleta de dados e a ampla usabilidade na construção de políticas públicas, cabe discutir como as populações que fogem à norma sexual encontram-se contempladas nessas pesquisas.

As populações de Lésbicas, Gays e Bissexuais (LGB) possuem vasto histórico de silenciamento, exclusão e violência no Brasil. Pereira (2016) sistematiza a organização destas populações enquanto movimento social no país, com a concretização dos primeiros grupos e organizações durante as décadas de 1970 e 1980. Ao longo dos anos de organização e luta, antigas e novas demandas se mesclam e, entre avanços e retrocessos, novas demandas surgem a partir da conquista de espaços e direitos previamente negados à essa população, como o direito à união estável.

Considerando a estrutura, a historicidade, a dimensão e abrangência dos trabalhos estatísticos conduzidos pelo IBGE, a possível inexpressividade dos dados oficiais acerca das populações LGB no Brasil pode trazer uma gama de contravenções em diversos âmbitos, tais como a redução da confiabilidade daquilo que é disponibilizado por órgãos não-oficiais de pesquisa e estatística, inviabilização da estruturação de políticas públicas efetivas e ineficácia da espacialização e da ação de tais políticas dessas populações.

A Geografia enquanto ciência no cerne da problemática aparece limitada no que tange a questão das populações LGB do Brasil, uma vez que a inexpressividade de dados pode limitar a construção de um quadro socioespacial dessas populações. Tal realidade pode potencialmente auxiliar na compreensão da escassez de publicações no âmbito da Geografia sobre a questão das minorias sexuais no Brasil, encontradas com maior contundência na Demografia. Como consequência, pode criar-se um vácuo na elaboração de políticas afirmativas concisas.

No primeiro item do trabalho, discute-se os aspectos relacionados à sexualidade e à identidade sexual, tanto no âmbito subjetivo e individual quanto no âmbito político e social. No que tange a segunda sessão, procura-se estabelecer um panorama da estatística no Brasil, incluindo as principais instituições que conduzem, as ideologias que permeiam a estruturação desses trabalhos no país, as aplicações e principais pesquisas pertinentes à temática trabalhada. A terceira sessão objetiva analisar como os dados estatísticos populacionais estão intrinsecamente ligados a formação da identidade nacional do Brasil, e como a normatividade não incluiu os LGB. A quarta sessão analisa a situação da população LGB no Brasil à luz de trabalhos que se debruçaram sobre os dados estatísticos disponíveis, preferencialmente aqueles coletados por órgãos estatais, em alguns recortes temáticos pertinentes à essa população no Brasil; conectando a sessão anterior e seguindo para que na quinta sessão e na sexta sessão sejam analisados a partir da esfera da saúde, trabalhabilidade e estrutura familiar. Por fim, apresenta-se as considerações finais.

A sexualidade enquanto identidade e enquanto política

A sexualidade humana é um tópico complexo que abarca, conforme ressaltado por Silva (2021) fatores que encontram reverberações em diversos âmbitos da sociedade contemporânea, para além do comportamento sexual e afetivo: identidade cultural, associação à grupos e comunidades de comportamentos semelhantes, etc.

Há amplo debate sobre como definir - ou se deve ser definida - a sexualidade humana. A *American Psychological Association* (APA) define a orientação sexual a partir da multiplicidade de experiências que compõem a *identidade*, sendo a atração sexual o embasamento para a composição de uma comunidade a partir das identificações sociais, em consonância com o que aponta Silva (2021). Em contrapartida, o *The Institute of Medicine of the National Academies* (IMO) restringe a orientação sexual à atração sexual a partir do sexo biológico: heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade estariam relacionados à atração exclusivamente pelo sexo oposto, à atração exclusivamente pelo mesmo sexo e à atração a ambos os sexos respectivamente, sendo comum também encontrar na literatura, em especial nos estudos da saúde a expressão “homens que fazem sexo com homens”, “mulheres que fazem sexo com mulheres”. Existem vários desafios na realização de pesquisas em saúde, e em outros campos com populações LGBTQIA+:a) definir operacionalmente a orientação sexual e a identidade de gênero é um desafio, pois são conceitos multifacetados;

b) indivíduos podem ser relutantes em responder a perguntas sobre seus comportamentos sexuais com pessoas do mesmo sexo ou sobre sua não conformidade de gênero; c) populações LGBTQIA+ representam uma pequena proporção da população geral, então é trabalhoso e dispendioso recrutar amostras suficientemente grandes em pesquisas populacionais para analisar esses subgrupos de forma significativa (INSTITUTE OF MEDICINE OF THE NATIONAL ACADEMIES).

Ao estabelecer uma análise da lesbianidade a partir da ótica feminista, Navarro (1999) expõe a orientação sexual enquanto fundamentalmente comunitária. No caso da análise da autora, a lesbianidade esbarra na crítica ao binarismo dos sexos, à hierarquização e à compulsoriedade da heterossexualidade, tornando-se também fundamentalmente política. Apesar de estar longe de ser um *locus* impenetrável pela violência e pela reprodução de hierarquias, o que dá coesão à identidade lésbica é a resistência ao modelo heterossexual impositivo àquelas que se identificam como mulheres - inclusive dentro do feminismo.

As proposições de Navarro (1999) reforçam que a orientação sexual não pode ser entendida apenas a partir apenas da atração, e muito menos quando é limitada ao sexo biológico, essencialmente binário. A fim de abarcar ao menos uma fração da multiplicidade de definições, siglas e identidades que surgem da formação da identidade sexual, a presente pesquisa baseia-se com uma perspectiva similar àquela trazida por Silva (2021), categorizando a sexualidade a partir das nomenclaturas mais corriqueiras: Lésbicas, Gays e Bissexuais (LGB). Aqui entende-se a limitação tanto do campo da política formal, apesar de não abarcar aqui a diversidade dentro do movimento LGBT ou LGBTQIAPN+, e suas interseccionalidades juntamente aos movimentos feministas, negros e indígenas, já que como o trabalho argumenta, o Censo, PNAD e PNS não apresenta informações contundentes sobre a população *queer*, *intersex*, assexuada, assexuais e pansexuais, além de possuírem metodologias distintas.

No presente trabalho, lésbicas serão compreendidas como pessoas que se identificam com identidades de gênero femininas que se sentem sexual e/ou afetivamente atraídas por pessoas que se identificam com identidades de gênero femininas. Gays serão compreendidos como pessoas que se identificam com identidades de gênero masculinas e se sentem sexual e/ou afetivamente atraídas por pessoas que se identificam com identidades de gênero masculinas. Bissexuais serão compreendidas como pessoas que se sentem atraídas sexual e/ou afetivamente por outras pessoas independentemente da identidade de gênero.

Para compreender a constituição das identidades LGB enquanto movimento político é necessário remontar à gênese da repressão a qual essas identidades são historicamente submetidas. Há uma relação entre a repressão às sexualidades desviantes da norma heterossexual a partir do advento da religiosidade judaico-cristã “que, sob o projeto civilizatório de religiões pró-natalistas, estimulou a procriação, aspirou à longevidade máxima e reprimiu o sexo não reprodutivo, a fim de edificar uma pujante nação herdeira da moral religiosa proferida por Abraão no Antigo Testamento” (MOTT, 2001 apud MELO, 2016 p. 213). Essa premissa ocasionou a coibição - inclusive num âmbito político, além da indisposição social - das práticas sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo gênero. A hegemonia da Igreja Católica na Europa durante a Idade Média cimentou a perseguição à população LGB, inclusive como estratégia política e com a utilização de punições violentas e, posteriormente, com a colonização a condenação das relações entre pessoas do mesmo sexo se infiltra em outras regiões do globo.

O tratamento das identidades sexuais desviantes como “pecaminosas” se metamorfoseou em outras formas de delegar-lhes espaços subalternos, como a patologização. Na Europa do século XIX as primeiras mobilizações políticas começam a germinar - não por não existirem pessoas LGB previamente, mas pelos avanços em uma gama de campos da ciência. O termo “homossexual” é cunhado e a patologização, apesar de estigmatizante, se apresenta como um horizonte possível para retirar as dissidências sexuais do âmbito legal e jurídico (EDDINE, 2018). Macedo (2017) contrapõe essa perspectiva ao indicar que, com o advento das ciências ao final do século XIX, a Igreja perde parte da força que possuía enquanto regulador moral e as ciências assumem uma fração do papel de regulação social burguesa, isto é, a patologização não se apresentaria como um contraponto à criminalização e à perseguição dos não-heterossexuais, mas sim uma reorganização das ferramentas de opressão. Com a patologização, conforme, o termo “homossexual” e seu contraponto “heterossexual” concretam a existência de uma minoria sexual - ao menos em direitos.

A partir dos contornos traçados durante o século XIX, durante o século XX e XXI serão estabelecidos os primeiros movimentos estruturados em prol da conquista de direitos por parte das populações LGB. Vale ressaltar alguns precedentes relevantes na construção de um panorama que impulsiona essas mobilizações no continente europeu: formação de comitês e associações que visavam reverter a ilegalidade da homossexualidade e da lesbianidade na Alemanha, Inglaterra e Dinamarca, a abolição das leis anti-homossexualidade

na Rússia e a formação de núcleos, grupos e institutos de pesquisa acerca da sexualidade humana.

Os avanços das discussões acerca do livre exercício da sexualidade acabam por ser freados bruscamente devido à ascensão de regimes de cunho ditatorial na Europa e, posteriormente, a Segunda Guerra Mundial. Paralelamente, nos Estados Unidos da América, estudos referentes ao comportamento sexual contribuem para transgredir a visão conservadora acerca da sexualidade humana (QUINALHA, 2022). Após a Segunda Guerra, a Declaração Universal dos Direitos Humanos alimentou novas discussões sobre os direitos de grupos minoritários e diversos órgãos nacionais, visando auxiliar as populações LGB se propagam tanto pelos EUA quanto pela Europa.

A Revolta de Stonewall nos EUA, neste sentido, apresenta-se como um marco fundamental na construção de um movimento de emancipação das sexualidades dissidentes, uma vez que a Declaração Universal dos Direitos Humanos não foi suficiente para avançar nas pautas de direitos LGB(T), liderada inclusive por vozes transexuais (MELO, 2016; LELIS 2019).

O surgimento de grupos organizados de mobilização política por todo mundo nas décadas de 1960 e 1970, especialmente após a insurgência de Stonewall. Apesar da centralidade dada à Revolta de Stonewall, Rodrigues (2019) ressalta que uma gama de mobilizações anteriores e concomitantes à Revolta pavimentaram o caminho, entre elas as insurgências feministas e pela libertação sexual. Há um caráter indissolúvelmente ocidental do movimento que virá a se mundializar, o que é perceptível através do destaque dos países europeus e da América do Norte na construção de um panorama mundial da sexualidade enquanto política (FACCHINI, 2010).

Durante a década de 1980, com o avanço da pandemia de HIV nos EUA, destaca-se o caráter estigmatizante das políticas de Estado adotadas em face à crise. Aliadas às políticas criminalizantes adotadas em muitos estados americanos, ocorreu um acirramento do cerco imposto às comunidades LGB, tanto no âmbito legislativo quanto no âmbito civil (LIMA, 2017). O processo de estigmatização das pessoas portadoras do HIV e, concomitantemente, das populações LGB erroneamente associadas à AIDS ocorreu em concomitância com uma série de medidas que procuravam reduzir a discriminação contra as populações infectadas, como a categorização dessas populações como pessoas com deficiência (portadores de deficiência, à época).

Os movimentos organizados que se estruturam mais coesivamente durante a década 1970 passam a ter uma maior recepção por parte dos governos ocidentais devido à inevitabilidade de se comunicar com as populações mais atingidas pela infecção por HIV a fim de sanar uma parcela das urgências causadas pela pandemia (LIMA, 2017). Entretanto, ainda havia indisposição por parte dos Estados para discutir outras demandas das comunidades.

Com a ineficácia do Estado no combate à pandemia de HIV nos EUA, as próprias comunidades mais atingidas passam a protagonizar ações de profilaxia, divulgação e cuidados aos enfermos e enfermas, tanto pela pandemia quanto pela discriminação, atribuindo aos movimentos uma organização mais concisa e maior senso de comunidade. A organização das populações LGB enquanto categoria política surge de uma necessidade histórica: ao longo de grande parte da trajetória da sociedade ocidental, o ostracismo, a violência e o apagamento foram parte da experiência de se existir enquanto não-heterossexual.

No Brasil, a organização das comunidades LGB enquanto movimento social é atribuída mais exponencialmente à publicação da revista *Lampião da Esquina*, *ChanacomChana* e do Grupo Afirmação Homossexual - Somos no ano de 1978 (BORTOLOZZI, 2019; EDDINE et al, 2021; FERREIRA E SACRAMENTO, 2019; TEISCHMANN, 2020; PEREIRA, 2016), ambos surgidos em meio ao acirramento das condições políticas no país, com a ascensão da ditadura militar. Pereira (2016) e em especial Facchini (2010; 2012) traça uma linha do tempo da organização das comunidades não-heterossexuais no Brasil através de três ondas, sendo a primeira (1978 - 1984) caracterizada pelo Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) que engloba tanto o jornal *Lampião da Esquina* quanto o Grupo Somos.

Bortolozzi (2019) associa estes primeiros impulsos de uma mobilização das populações LGB aos esforços midiáticos - a utilização de jornais, revistas, peças publicitárias, cartas, etc. - a fim de tornar esta população visível. Alguns outros grupos e organizações surgem a partir desses primeiros movimentos, como o Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF) e o Grupo Gay da Bahia que se torna a primeira a se formalizar como uma Organização Não-Governamental (ONG) (Pereira, 2016). A maior parte das organizações subsequentes emplacam suas próprias publicações, a exemplo da *Chanacomchana*, voltada à visibilidade lésbica (Oliveira, 2017) e organizada pelo GALF, ressaltando a importância da comunicação nesse primeiro momento da sistematização das organizações da população LGB no Brasil. Teischmann (2020) e Facchini (2002) resalta o destaque da cidade de São Paulo especialmente durante a primeira onda da estruturação da sexualidade enquanto

política no Brasil. As autoras apontam as medidas higienistas adotadas pelo regime ditatorial em vigor em todo o Brasil após 1964, em especial nos grandes centros urbanos a exemplo da cidade de São Paulo como precursoras da estruturação do movimento LGBT no Brasil, dado o exemplo da chamada “Operação Sapatão” conduzida em um bar da cidade e que deflagrou a chamada “Stonewall Brasileira”. Oliveira (2017) expande na operação ocorrida em 15 de novembro de 1980, ressaltando o caráter corrupto: “As 200 lésbicas presas tiveram que pagar para serem liberadas. Segundo a Comissão da Verdade (2014), foi um arrastão de extorsão e corrupção mascarado por uma ideologia de perspectiva homofóbica, que relacionava a homossexualidade às esquerdas e à subversão” (p. 17).

A chamada “Stonewall Brasileira” viria a ocorrer três anos após a “Operação Sapatão”, em 19 agosto de 1983 através de uma mobilização que objetivava rechaçar a expulsão de militantes do GALF do Ferro’s Bar, um dos estabelecimentos que foram alvos das diversas operações de perseguição às dissidências sexuais durante a ditadura militar, o que resultou no comprometimento do dono do estabelecimento em vender o boletim *ChanacomChana* e, posteriormente, tornou-se o Dia do Orgulho Lésbico no Brasil.

A segunda onda (1984 - 1992) ocorre com a chegada da pandemia de HIV ao Brasil, resultando, segundo Pereira (2016), na dissolução de vários grupos que irão direcionar esforços para minimizar os danos, auxiliar os infectados e cobrar ações do Estado brasileiro. A pandemia associada aos discursos estigmatizantes e à discriminação agravaram a níveis alarmantes a violência contra as populações sexualmente dissidentes, forçando a reorganização dos movimentos surgidos durante a primeira onda, entretanto esses movimentos reestruturados obtiveram maior diálogo socioestatal, conforme Bortolozzi (2019), mesmo que abarcando majoritariamente a redução dos impactos do HIV. A dissolução da ditadura militar também enfraquece o senso de coletividade compartilhado entre os movimentos identitários surgidos ao final da década de 1970. Lima (2019) contrapõe o argumento de que o advento da pandemia do HIV e a subsequente reorganização dos movimentos organizados resultaram em um enfraquecimento dos próprios movimentos. Apesar de se fazer necessário o acolhimento aos enfermos e a busca por medidas de prevenção efetivas, a pandemia possuía forte caráter político. A necessidade de combater os estigmas reforçados pelo HIV e pela desinformação, de cobrar a articulação estatal para a prevenção da transmissão e acolher os infectados resultou, ainda segundo Lima (2019), não apenas na institucionalização desses movimentos, mas também em uma abrangência maior das articulações para além das bolhas acadêmicas e um estímulo maior à organização.

A terceira onda (1992 - 2005) consolida uma diversidade de outros grupos que acabam por se consolidar mais efetivamente enquanto organizações sociais e, principalmente após os anos 2000, terão maior espaço na participação nas decisões do executivo brasileiro (Pereira, 2016). Teischmann (2020) destaca o esboço do que viria a se tornar uma *Parada* em 1996 em São Paulo, além da ampliação da institucionalização dos órgãos e organizações dos movimentos em maior diálogo com a política institucional, principalmente devido à pandemia do HIV. A autora também destaca a eleição de Luís Inácio Lula da Silva em 2003 como um marco na implementação de políticas públicas voltadas à população LGB, inclusive devido à maior abertura e diálogo com representantes e parlamentares que a integram. A partir daí, Pereira (2016) indica que as configurações contemporâneas podem indicar uma quarta onda, caracterizada pela interiorização das políticas afirmativas aliadas à ascensão do discurso conservador que procura fazer oposição à cidadania das populações LGB.

De acordo com Reis (2011), a inclusão de dados acerca da população LGB no Censo Demográfico Brasileiro de 2010 como uma conquista - sem sombra de dúvida mediada pelos avanços principalmente no diálogo dos movimentos organizados com a política institucional - entretanto, não foi uma conquista definitivamente assegurada. No Censo conduzido em 2022, os dados acerca da população LGB foram ainda mais diluídos e a pressão por parte das organizações foi declinada em virtude da inclusão de dados acerca da população LGB coletados na PNS em 2019.

Considerando a importância dos dados estatísticos no estabelecimento de um panorama populacional, averiguar aquilo que há disponível para as populações LGB, principalmente através dos recursos e da cobertura das pesquisas estatais, é fundamental para orientar tanto o próprio Estado quanto os movimentos organizados. O que é necessário perguntar-se é se o que há disponível é suficiente para estabelecer políticas afirmativas que garantam a equiparação de uma população historicamente reprimida no Brasil.

Um panorama da estatística no Brasil

Nos anos que se seguiram à queda da primeira República no Brasil, a Diretoria Geral de Estatística, órgão criado durante o Império para a realização das pesquisas populacionais, foi extinta e substituída pelo Departamento Nacional de Estatística. Nas palavras de Nelson Senra (2008, p. 63): “a mudança intentava aprimorar a elaboração das estatísticas brasileiras, tidas como essenciais às mudanças pretendidas”. A influência de uma

corrente de pensamento positivista na reformulação dos órgãos e pesquisas censitárias no Brasil é nítida, seguindo um ideário racionalista da República.

Apesar das renovações, Senra (2008) pontua que as pesquisas censitárias brasileiras seguiram inefetivas. Necessitava-se de uma mudança generalizada na estrutura dos órgãos e das pesquisas - surge então, em 1934, o Instituto Nacional de Estatística (INE). Angariando atribuições de outros órgãos, o INE colaborou para a centralização das atividades estatísticas no Brasil. Posteriormente, com a necessidade de espacializar e territorializar os dados estatísticos do país, cria-se vinculado ao INE o Conselho Brasileiro de Geografia. Neste momento, a Geografia era indissolúvel da Cartografia, e as pressões para a incorporação dos elementos geográficos ao INE se deu, pois, a cartografia “era vista como a chave da elaboração controlada das estatísticas; a essa base territorial se ajuntariam os necessários cadastros (prediais e domiciliares, entre outros)” (SENRA, 2008. p. 66).

Posteriormente, com o Decreto-lei nº 218 em 1938 o INE é renomeado, passando a ser chamado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir de tal mudança, o órgão fica sob responsabilidade da Presidência da República, e não da Federação. Abrantes (2007) ressalta a íntima relação das reformas ocorridas no Estado Novo com um projeto de concentração de poder, perceptível na gênese do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Com a incorporação da ciência geográfica ao INE, o Censo demográfico passou a ser não apenas mais rigoroso, mas também mais assertivo. Neste momento, o IBGE tem como tarefa aprofundar e sistematizar o conhecimento acerca do território brasileiro, com a finalidade de facilitar o processo de modernização e integração do país proposta pelo Governo Federal.

Através da análise da gênese do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, é possível percebê-lo, principalmente nos anos iniciais de sua formação, como um órgão responsável por possibilitar o controle de um território “indomado”, ou seja, ainda pouco conhecido e com parca presença do Estado a partir de suas instituições governamentais e jurídicas para além do litoral e região sudeste-sul. O IBGE aparece enquanto um instrumento fundamental no estabelecimento de um perfil não apenas demográfico, como também de nação. Por grande parte de sua existência, era essa sua finalidade maior. Com o estabelecimento de relativa unidade nacional, o Instituto e, conseqüentemente, o Censo passam por uma reorganização de finalidade que ainda parece pouco consistente.

Estatística e formação da identidade nacional no IHGB

O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado durante o Brasil Império em 1838, surge de uma influência similar ao Iluminismo europeu dos séculos XVII e XVIII (GUIMARÃES, 1988). Sob a bandeira do progresso, o IHGB visava, através da análise dos múltiplos aspectos que compõem o mosaico brasileiro, estabelecer uma unidade - isto é, fomentar uma proposta de *nação* a partir de um território culturalmente cindido e etnicamente diverso.

Através da condução de estudos “relevantes para a história do Brasil e o incentivo, ao ensino público, de estudos de natureza histórica” (GUIMARÃES, 1988, p. 8) emerge, de modo muito similar àquele que resultou na consolidação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística anos mais tarde, com a proposta de centralizar e integrar o território brasileiro, em direção ao estabelecimento de uma identidade nacional.

Botelho (2005) sinaliza a relevância do IHGB na estruturação de uma nação através dos trabalhos demográficos e estatísticos, sob a responsabilidade da Geografia:

O instituto abrigou também debates acerca da população brasileira. Mais identificados com a geografia, os trabalhos estatísticos, embora mais raros, foram alvo das preocupações de seus membros. Mas o que considero mais relevante, vendo o instituto como o espelho da elite política e intelectual do Império, é perceber a importância que o estudo da população – que passou a ser tratada cada vez mais como uma variável central para a descrição e a identificação da nacionalidade – pode ter assumido para essa elite (BOTELHO, 2005, p. 325).

Através das postulações, é possível perceber que tanto os órgãos responsáveis pela coleta dos dados demográficos representados pela Diretoria Geral de Estatística e, posteriormente, pelo IBGE, quanto os órgãos que se debruçaram sobre os dados coletados, - aqui representados pelo IHGB, - possuíam uma finalidade clara de estabelecer uma identidade brasileira. Estes movimentos, impulsionados pelas elites historicamente consolidadas no Brasil, foram responsáveis por construir as bases das pesquisas demográficas conduzidas pelo Estado brasileiro.

O vínculo estreito entre a história dos recenseamentos da população brasileira e as oligarquias políticas e intelectuais do país auxiliam na compreensão do motivo pelo qual a reformulação dos questionários com a finalidade de abarcar de forma mais ampla a diversidade na sociedade brasileira são tão recentes, datando mais expressivamente da década de 2000. Os vínculos com a religiosidade, especialmente durante o Império, sendo a Igreja

Católica responsável por uma gama de registros da colonização ao fim do Império, aprofundam o caráter conservador das pesquisas estatísticas oficiais do Brasil.

Os primeiros movimentos em direção à concretização de um órgão responsável pelo estabelecimento de um perfil demográfico brasileiro ocorreram durante o Brasil Império, após a sanção da Lei n. 1829 em 1870, que firmava o recenseamento da população brasileira a cada dez anos aliada à sistematização de nascimentos, casamentos e óbitos (OLIVEIRA e SIMÕES, 2005), estabelecendo a Diretoria Geral de Estatística na capital do Império.

O primeiro Censo oficial brasileiro, de acordo com Oliveira e Simões (2005), ocorreu em 1872. Apesar da responsabilidade atribuída ao Estado na coleta de dados demográficos, a Igreja Católica possuía ampla influência na disponibilidade de determinados dados por significativo período - tais como dados nupciais e de mortalidade. É a partir de 1940, já durante a República, que a estatística brasileira passa por mudanças significativas na sua estruturação e condução, com a chegada do demógrafo italiano Giorgio Mortara ao país, “visando uniformidade e comparabilidade dos resultados com outras nações” (OLIVEIRA e SIMÕES, 2005). Na década de 1960, o Censo passa a ser dividido entre um questionário simplificado para a maior parte dos domicílios e outro mais detalhado para uma menor amostra, devido ao crescimento exponencial da população que ocorria conjuntamente às crises econômicas que assolavam o país na época. Concomitantemente, conforme aponta Senra (2008), a estipulação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) consolida a repaginação do trabalho estatístico no Brasil.

Senra (2008) pontua que a PNAD, apesar de surgir com desconfiança devido à escassez de profissionais da área no Brasil, surge a partir do Censo na década 1960 com o objetivo de construir um panorama da população brasileira a partir de pesquisas amostrais mais frequentes ocorrendo, ao longo dos anos, trimestral ou anualmente.

A amostragem estipulada para a condução da PNAD serve de embasamento para a subamostragem de uma gama de outras pesquisas, como é o caso da PNS. De acordo com dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde, a pesquisa surge com o objetivo de traçar um panorama do quadro da saúde do Brasil, incluindo utilização de serviços públicos, gastos com saúde e desigualdades sociais no âmbito da saúde, com a primeira pesquisa sendo aplicada no ano de 2013.

Oliveira e Simões (2005) apontam que o Censo de 1970 é considerado “um marco divisório na história dos censos demográficos brasileiros”, em parte devido à riqueza de

detalhes coletados e em parte devido ao avanço das ciências humanas e sociais, que passam a se debruçar sobre os resultados disponibilizados a fim de averiguar, especialmente, a dimensão das desigualdades regionais no país.

A partir da década de 1990, os dados estatísticos passam a ser compreendidos de forma mais concreta como ferramenta na formulação de políticas públicas, sendo alvo de cobranças por parte de segmentos da sociedade que se viam sub-representados e pelos próprios formuladores de políticas públicas, especialmente na pesquisa censitária. Essas discussões resultam em mudanças e ampliações nos questionários especialmente após o Censo do ano 2000 (OLIVEIRA e SIMÕES, 2005).

Através do processo histórico de consolidação e reconstrução das pesquisas estatísticas brasileiras a partir da bibliografia discutida, vale apontar que a compreensão da plena usabilidade dos dados coletados é consideravelmente recente, estando atrelado às renovações nas Ciências Humanas especialmente durante a década de 1970. Além disso, as demandas por pesquisas que abarquem os setores minoritários da sociedade brasileira passam a ter expressividade a partir da década de 1990. Santos (2002) assinala a indistinção entre ciência e ideologia ao analisar as pesquisas estatísticas do desemprego no Brasil nos diversos âmbitos que compõem a pesquisa estatística, desde a escolha da amostragem até o tratamento dos dados selecionados, a exemplo das classificações adotadas para a medição do desemprego em pesquisas distintas analisadas pelo autor, utilizando recortes diferentes para caracterizar um mesmo setor populacional como desempregado ou como inativo. Considerando o desenvolvimento de uma identidade nacional profundamente arraigada na religiosidade - a exemplo de uma parcela de dados que, durante boa parte da história do país, esteve a cargo da Igreja Católica - é possível que haja disparidades de representação nas estatísticas oficiais entre grupos minoritários e as majorias em direitos.

Não pergunte, não diga: a estatística e a pluralidade sexual

Na análise dos dados extraídos a partir da PNS de 2013, a primeira aplicada no país, Jomar et al. (2021) discutem a discriminação sofrida pelas minorias sexuais no atendimento à saúde. No questionário de 2013, a orientação sexual aparece pulverizada de maneira similar ao que aparece no questionário do Censo 2022, sendo referida ao mencionar a condição do entrevistado em relação ao domicílio e ao questionar sobre a qualidade do atendimento no serviço de saúde através da pergunta “O(a) sr(a) já se sentiu discriminado(a) ou tratado(a)

pior do que as outras pessoas no serviço de saúde, por algum médico ou outro profissional de saúde por motivo de preferência sexual?”, cujas opções de respostas foram as alternativas “sim” e “não”.

Jomar et al. (2021) apontam que, das 60.202 pessoas entrevistadas, 153 afirmam já ter sofrido discriminação nos serviços de saúde. Os autores ressaltam os agravantes de classe e raça e destacam algumas questões no âmbito amostral que devem ser consideradas ao analisar o número relativamente baixo de respostas afirmativas à questão: a idade selecionada para a condução das entrevistas (maiores de 18 anos) uma vez que, segundo Jomar et al. (2021), a maior parcela da população que se declara LGB está nas camadas mais jovens. Além disso, é altamente improvável que qualquer uma das respostas afirmativas digam respeito a indivíduos heterossexuais, uma vez que a heteronormatividade torna a heterossexualidade a sexualidade hegemônica.

Ao analisar os dados divulgados pela PNS de 2019, Vasconcelos et al. (2023) aborda o quadro da violência em relação à população LGB. Aproximadamente metade dos autodeclarados LGB sofreram violência, e os índices são significativamente mais discrepantes em comparação com os autodeclarados heterossexuais, especialmente se comparados mulheres LGB (42,51%) e homens heterossexuais (16,35%).

Os dados acerca da violência da pesquisa de Vasconcelos et al. foram coletados através da associação entre a pergunta *Qual é sua orientação sexual?* cujas alternativas são “homossexual”, “bissexual”, “outra orientação”, “não sabe” e “recusou-se a responder” e a resposta afirmativa para quaisquer perguntas no questionário referentes à violência (psicológica, física e sexual) na PNS.

Os autores também ressaltam que a proporção de pessoas que preferiram não responder à pergunta sobre orientação sexual foi maior que aquelas que responderam pertencer à alguma identidade LGB. A porcentagem de entrevistados que responderam se identificar com alguma identidade LGB foi equivalente a aproximadamente 2% dos 90.846 entrevistados. Vasconcelos et al. (2023) também apontam que a porcentagem foi consideravelmente menor que o indicado por outras pesquisas, como os 4,42% da população autodeclarada LGB em 2014 para o DataFolha. Em carta direcionada ao IBGE, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) em conjunção com outros coletivos dizem que a subnotificação foi reconhecida pelo próprio IBGE e discorre sobre as possíveis razões dos números comparativamente menores:

- 1) apesar de recomendado, nem sempre foi possível garantir o autopreenchimento e a privacidade no momento da entrevista;
- 2) dificuldade de compreensão dos

termos utilizados (por exemplo, “heterossexual” e “homossexual”) uma vez que o maior percentual de respostas foi “Não sabe” e “Recusou-se a responder” entre aqueles com menores níveis de instrução; 3) desconfiança em relação ao uso do dado e receio do estigma e discriminação, por ser uma informação sensível e de cunho pessoal, e que, conforme apontado por relatórios internacionais, está sujeita à subnotificação(...); (IBGE, Ofício Conjunto 001/2023).

A despeito das contravenções, é perceptível que a população LGB está mais suscetível a ser vítima de violência em todos os subtipos analisados pelos autores através da PNS. Apesar disso, a extensão do problema fica ofuscada pela notável subnotificação do real tamanho dessa população no Brasil.

A partir da análise das duas pesquisas, é possível inferir que há em certa medida um avanço no que diz respeito à disponibilidade de dados sobre as populações LGB no Brasil - , ao menos no que tange a violência e a discriminação. Apesar dos problemas apontados pelos autores e entidades tanto no âmbito amostral quanto no que tange a condução das pesquisas, antes do Censo de 2010 não havia nas estatísticas oficiais brasileiras nenhuma menção à orientação sexual. Carvalho e Barreto (2021) expandem no que foi afirmado pela ANTRA acerca do constrangimento ao responder o questionário, apresentando também algumas propostas que a PNS de 2019 possibilita. As postulações tanto da Associação quanto dos autores permite inferir que ao menos uma fração da subnotificação da população LGB no Brasil pode ter relação com o constrangimento e com a desinformação na hora de responder ao questionário. Apesar dos deslizes terminológicos e metodológicos, especialmente se tratando da PNS de 2013, ao menos no âmbito da violência e da discriminação as pesquisas começam a traçar um quadro da fragilidade da população LGB no Brasil.

Saúde e população LGB

Ao discutir sobre a saúde da população LGB, Barreto e Carvalho (2023) ressaltam novamente a questão da subnotificação dessa população no Brasil. Os autores lançam mão dos dados da PNS 2019 para estabelecer um diálogo entre saúde, território e espaço urbano, destrinchando o perfil demográfico dos autodeclarados não-heterossexuais. Aspectos como a escolaridade, mais elevada entre os declarados não-heterossexuais e a concentração dessas populações nos grandes centros urbanos foram consideradas para analisar os dados selecionados pelos autores.

Os dados analisados por Barreto e Carvalho (2023) dizem respeito à incidência de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) entre homens heterossexuais e não-heterossexuais. A maior prevalência de ISTs foi entre os homens homossexuais, entretanto os autores apontam que a discrepância pode ser resultado da testagem mais ampla entre essa parcela da população, o que não foi averiguado pela PNS.

Ainda segundo Barreto e Carvalho (2023), dos homens que responderam afirmativamente ao recebimento de um diagnóstico recente de IST, 100% dos não-heterossexuais receberam tratamento e orientação médica, em contraste aos 96% dos heterossexuais que receberam. As orientações dadas aos homens identificados como homossexuais foram discrepantes, uma vez que usualmente são amplamente orientados a fazer as testagens para ISTs. Tal discrepância pode acarretar um distanciamento dessa população dos serviços de saúde ao perceberem-se estigmatizados e, concomitantemente, os homens identificados como heterossexuais também podem afastar-se do atendimento à saúde sexual ao compreendê-la como exclusiva aos homens LGB ou a homens que fazem sexo com homens.

Análises dos dados da PNS em outros aspectos como a saúde mental das populações LGB e o quadro de saúde das mulheres não-heterossexuais foram marcadamente escassas nas plataformas de pesquisa utilizadas. Gomes (2022) traça um perfil das demandas relacionadas à saúde dessas populações no Brasil, trabalhando com a narrativa de representantes dos movimentos articulados em dez capitais de todas as regiões do país. Os resultados da pesquisa evidenciaram que as requisições das comunidades não-heterossexuais vão para muito além da saúde sexual, valendo aqui ressaltar a preocupação com a saúde das mulheres lésbicas e com a saúde mental dessas populações.

Silva e Gomes (2021) ressaltam, através de revisão sistemática, a escassez de publicações que tratam da saúde das mulheres não-heterossexuais. Das publicações que correspondiam às demandas dessa população, revelou-se ampla dificuldade no acesso aos serviços de saúde: nas fontes analisadas pelos autores, a naturalização da heterossexualidade (heteronormatividade) apresentou-se como uma justificativa majoritária para que essas mulheres não recorressem aos serviços de saúde. Vale destacar que o despreparo dos profissionais de saúde - também desdobramento da naturalização da heterossexualidade - compromete o atendimento à saúde de mulheres lésbicas e bissexuais.

Silva (2021) trabalha, através de *survey* digital, questões pertinentes à saúde mental das populações LGB no Brasil em associação com o suporte familiar, idade e gênero. Os

resultados da pesquisa evidenciam maior risco de quadros depressivos severos entre essa população, especialmente entre as mulheres mais jovens. Ao associar o que foi abordado previamente com os resultados, é possível inferir que há intrínseca relação entre discriminação, negligência, invisibilidade e saúde mental. O autor também discute determinadas variáveis na construção de uma identidade LGB saudável ou não, como a territorialidade e a raça. Cidades menores significaram uma consolidação mais tardia e mais reprimida da identidade sexual, o que Silva (2021) associa à inexistência ou inexpressividade de espaços seguros para o livre exercício dessas identidades. As pessoas negras que participaram do *survey* apontaram o aprofundamento da rejeição racista ao identificarem-se LGB e, conseqüentemente, um quadro pior no que tange a saúde mental.

Trabalhabilidade e estrutura familiar

O panorama dos aspectos socioeconômicos que perpassam a população LGB apresenta-se delicada, pois não há, por parte das pesquisas oficiais conduzidas no país, nenhuma que colha dados referentes especificamente à essa população em categorias que permitem a construção desse panorama. O Censo de 2010, apesar de ter colhido dados sobre os casais homoafetivos do país, não contempla essa população em sua totalidade, e a PNS não tem como propósito a construção de um perfil socioeconômico.

Assim sendo, Menezes, Oliveira e Nascimento (2018) discutem a questão da empregabilidade dessa população a partir de uma análise das contravenções às quais são submetidos os trabalhadores LGB através da literatura disponível. A discriminação como o maior entrave no processo de inserção desses trabalhadores no mercado de trabalho, afirmando que a exclusão sistemática das pessoas LGB(I) começam nos processos de seleção.

A discriminação no ambiente de trabalho se dá em uma miríade de agressões, podendo partir tanto do empregador quanto dos colegas de trabalho, podendo desembocar tanto na criação de uma atmosfera inóspita para o trabalhador LGB quanto no desligamento sistemático do funcionário. Machado (2015) expande nas imbricações da hostilidade no ambiente de trabalho para as populações LGB ao analisar a literatura disponível acerca da parcela dessa população que se encontra em situação de rua, pontuando a lgbtfobia como um motivador que acrescenta ao risco social, além de se apresentar como uma razão para a situação de rua através do abandono familiar e da inabilidade de conseguir um vínculo

empregatício. Souza (2020) descreve a crescente precarização do trabalho e a ressurgência de novas dinâmicas predatórias como imperativos na compreensão da situação dessas populações no Brasil.

Ao analisar dados estatísticos extraídos de relatórios do Grupo Gay da Bahia, entre vítimas dos 329 casos registrados de violência lgbtfóbica no país, 38 declaravam-se como profissionais do sexo (11,55%), 24 declaravam-se professores(as) (7,3%) e 17 declaravam-se cabeleireiros(as) (5,4%). A escassez de dados e a consequente subnotificação dos quadros de violência contra as populações LGB(T), além da necessidade de oferecer qualificação profissional e inserção efetiva no mercado a essa parcela da população.

Em diálogo com outros autores, Souza (2020) também evidencia que os postos ocupados pelos sujeitos LGB(T) acabam por restringir-se a cargos de menor remuneração e piores condições de trabalho, apontando o *telemarketing* como uma ocupação cujos trabalhadores LGB(T) possuem maior recepção: “Estudos críticos relacionados a esse contexto, explicitam que essa inserção se dá de maneira ‘menos problemática’, por se tratar de um trabalho que tem pouca ou quase nenhuma ligação direta com os clientes, toda a relação se dá via telefone e/ou e-mail, ou seja, é uma inserção que acolhe a diversidade, escondendo-a” (p. 270).

Quanto à constituição, dinâmica e direito familiar dos casais LGB, de Souza (2020) aborda a questão das novas composições de casais LGB nas mudanças demográficas, apontando a considerável ausência de análises concretas considerando a mais completa intencionalidade na parentalidade dos casais LGB. O preconceito de cunho sexual ocorre, nos últimos anos, majoritariamente no âmbito da estrutura familiar, o que indica que a decisão por ter filhos é permeada pelo discurso discriminatório.

Ao analisar os motivos para estabelecer uma união legal, de Souza (2020) averiguou, através de entrevistas, que as motivações não aparecem unificadas. Razões políticas, emocionais e até religiosas aparecem como um impulso para concretizar a união estável entre os casais LGB pesquisados. A decisão de ter ou não filhos é permeada por motivações muito similares às que se amarram à transição demográfica em curso no país: priorização da carreira, indisposição com a responsabilidade trazida pela criação de um filho e etc. Aqui, no entanto, se destaca o discurso lgbtfóbico e a institucionalização do preconceito sexual como um desmotivador na busca pela parentalidade (dificuldades enfrentadas para a realização da barriga de aluguel no Brasil, longas filas de espera para a adoção e a estigmatização social, custos altos para tratamentos de inseminação, etc.).

Os apontamentos da autora estão em consonância com os dados coletados por Lira e Morais (2016), que através de revisão sistemática da literatura disponível reafirmam a indisposição dos casais LGB em terem filhos, motivada principalmente pela lgbfobia institucionalizada e materializada nas barreiras legais para a adoção e nos altos valores dos métodos de inseminação artificial, por exemplo.

Em estudo sobre a violência entre casais LGB conduzido através da Universidade de Coimbra em Portugal, Rodrigues, Nogueira e Oliveira (2010) pontuam o vácuo de dados acerca da questão. A própria ausência de artigos brasileiros sobre o tópico já se apresenta sintomática, porém vale ressaltar algumas postulações dos autores que podem se aplicar à realidade brasileira: a falta de seriedade com a qual a violência doméstica entre pessoas LGB é tratada e a falta de denúncias por parte das vítimas que parte tanto da ausência de seriedade quanto da coerção lgbfóbica.

Conclusão

Entre contradições e marginalização, as populações LGB são parte ativa nas transformações urbanísticas, culturais, econômicas e políticas: a apropriação de espaços, a influência na cultura popular, o aumento (ou diminuição) do poder aquisitivo, a luta e a conquista por direitos alteram a dinâmica espacial, principalmente se levado em consideração a ascensão e acirramento dos discursos conservadores, resultando em embates, retrocessos e a reorganização do espaço geográfico. Nos âmbitos estatístico e demográfico, estas populações encontram-se, até a data de escrita do presente parágrafo, marginalmente representadas no recolhimento dos dados estatísticos oficiais. Importante recurso no estabelecimento do panorama populacional do Brasil, as estatísticas oficiais viabilizam não apenas a construção das políticas afirmativas, mas também as pesquisas que irão embasá-las.

Apesar dos avanços em direitos nos últimos anos, a exemplo da legalização da união estável em 2011 viabilizada pelo Projeto de Lei no Senado no 612/2011, ainda há inconsistência na representação dessas populações por parte do Estado. Sendo uma ferramenta imprescindível na construção do perfil populacional do país, as estatísticas oficiais possibilitam uma gama de ações afirmativas que visam proteger, orientar e espacializar as populações.

Das pesquisas conduzidas nos últimos anos, a PNS foi a única a abordar a categoria orientação sexual de forma direta, uma vez que após o Censo de 2010, que coletou dados

sobre casais do mesmo sexo, a categoria apareceu de forma indireta ao questionar sobre a relação entre o entrevistado e a(o) responsável pelo domicílio. Considerando as novas e antigas demandas ainda não superadas pelas populações que desviam da norma sexual, torna-se relevante compreender de que forma essas demandas aparecem na produção estatística do Brasil e quais lacunas precisam ser preenchidas para que haja plena inserção social dessas populações.

A partir da revisão da literatura disponível sobre algumas das necessidades das populações LGB que poderiam ser atendidas através das políticas públicas materializadas pelas pesquisas estatísticas, fica evidente que há um longo caminho a ser trilhado no que tange à estatística disponível acerca das populações LGB(T) no Brasil. A pequena cobertura das ONGs que realizam o trabalho estatístico específico aliado à baixa disponibilidade de recursos, a ineficiência dos órgãos oficiais em contornar os problemas que surgem de anos de discriminação e coletar os dados com eficiência ocasionam subnotificações que limitam a confiabilidade daquilo que há produzido. Apesar de não ser o objetivo do trabalho, vale a pena mencionar grupos que realizam a construção de algum tipo de estatística voltada para a temática abordada.: Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil, Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), Rede Trans Brasil, ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais), Lesbocídio – As histórias que ninguém conta, iniciativa do Núcleo de Inclusão Social – NIS e do Nós: dissidências feministas e a Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL).

Neste sentido, é fundamental repensar o trabalho estatístico que contempla as populações LGB no Brasil, pois é através dos dados que se torna possível espacializar e criar um perfil populacional a fim de estabelecer políticas afirmativas efetivas para essa população no país. Apesar dos avanços, são muitos os campos que aparecem defasados em comparação com os segmentos heterossexuais da população brasileira. Para isso, uma mudança completa de paradigma que busque enxergar as populações LGB sem as restrições do discurso lgbfóbico é imperativa.

Referências

ABRANTES, Vera Lucia Cortes. O IBGE e a formação da nacionalidade: território, memória e identidade em construção. In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007, São Leopoldo. Anais [...] . São Paulo: Anpuh, 2007. p. 1-9.

American Psychological Association, Task Force on Appropriate Therapeutic Responses to Sexual Orientation. (2009). Report of the American Psychological Association Task Force on Appropriate Therapeutic Responses to Sexual Orientation. Disponível em <http://www.apa.org/pi/lgbc/publications/therapeutic-resp.html>. Acesso em 26 maio 2023.

ARANTES, Gabriel Gonçalves. **Ensino da geografia e direitos humanos: a força dos movimentos negra e LGBT**. 2021. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

Associação nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) – Cartilhas e Manuais. Disponível em <https://antrabrasil.org/cartilhas/>

BARRETO, Rafael Chaves Vasconcelos; CARVALHO, Angelita Alves de. Espaço Urbano, Redes de Sociabilidade e Políticas de Saúde LGBTI+ sob o Prisma da Pesquisa Nacional de Saúde – PNS2019. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 14, n. 1, p. 158-177, 2023.

BORTOLOZZI, Remom. Mosaico de Purpurina: revisitando a história do movimento lgbt no brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, [S.L.], v. 13, n. 3, p. 691-695, 13 set. 2019.

BOTELHO, Tarcisio R.. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. *Revista Tempo Social*, [S.L.], v. 17, n. 1, p. 321-341, jun. 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Informações Gerais sobre a PNAD**. 2018. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/190-secretarias-112877938/setec-1749372213/12521-informacoes-gerais-sobre-a-pnad#:~:text=Hist%C3%B3rico%20da%20Pnad,Demogr%C3%A1fico%2C%20o%20levantamento%20era%20trimestral>. Acesso em 30 maio 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. FIOCRUZ. **Pesquisa Nacional de Saúde**. Histórico. 2021. Disponível em <https://www.pns.icict.fiocruz.br/historico/>. Acesso em 03 junho 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. FIOCRUZ. **Pesquisa Nacional de Saúde**. Delineamento. 2021. Disponível em <https://www.pns.icict.fiocruz.br/delineamento-da-pns/>. Acesso em 03 junho 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Pesquisa Nacional de Saúde. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/inqueritos-de-saude/pesquisa-nacional-de-saude>. Acesso em 10 junho 2023.

BRASIL. Nelson Senra. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **História das Estatísticas Brasileiras**. 2008. Disponível em:

<https://repositories.lib.utexas.edu/bitstream/handle/2152/24662/Historia%20das%20estatisticas%20brasileiras%20v03.pdf>. Acesso em: 16 maio 2023.

CONJUNTO, Ofício. [Correspondência]. Destinatário: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. São Paulo, 12 jul. 2023. Ofício Conjunto 001/2023 - Coleta de dados sobre a população LGBTQIA+. Disponível em: tatic1.squarespace.com/static/645a82ef72df1e50defcf770/t/64af36f6f7e0c3460a319590/1689204475040/2023.07.12_Carta+da+sociedade+civil+ao+IBGE-4.pdf. Acesso em: 6 abril. 2023.

EDDINE, Eder Ahmad Charaf. "A psicologia, a educação e as homossexualidades: O normal e o patológico nas produções discursivas das revistas boletim de psicologia, revista brasileira de psicanálise e cadernos de pesquisa nas décadas de 1970 e 1980." PhD diss., Universidade de São Paulo, 2018.

EDDINE, E. A. C.; SENA, A. de J.; RODRIGUES, J. E. de A. G.; LIMA, T. R. C. . The alternative media ChanacomChana and Lampião da Esquina: a trajectory of resistance, identity, and visibility. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 3, p., 2021.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [S. l.], v. 3, n. 04, 2012.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cadernos AEL**, volume 10(18/19), 2010.

FACCHINI, Regina. "Sopa de letrinhas: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90." Sopa de letrinhas: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90, Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2002.

FERREIRA, Vinicius; SACRAMENTO, Igor. Movimento LGBT no Brasil: violências, memórias e lutas. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, [S.L.], v. 13, n. 2, p. 234-239, 28 jun. 2019. Instituto de Comunicacao e Informacao Cientifica e Tecnologica em Saude.

GOMES, Elenir Magalhães. Religião e união homoafetiva: um estudo sobre casais no Brasil. 2018. 19 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas)— Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

GOMES, R.. Agendas de saúde voltadas para gays e lésbicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 10, p. 3807–3814, out. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em

https://censo2022.ibge.gov.br/np_download/censo2022/questionario_amostra_completo_CD2022_atualizado_20220906.pdf. Acesso em: 23 maio. 2022.

INSTITUTE OF MEDICINE OF THE NATIONAL ACADEMIES. National Academies of Sciences, Engineering, and Medicine. 2011. *The Health of Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender People: Building a Foundation for Better Understanding*. Washington, DC: The National Academies Press. <https://doi.org/10.17226/13128>.

JOMAR, R. T. et al.. Prevalência de discriminação percebida por orientação sexual nos serviços de saúde do Brasil: Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 29, n. spe, p. 187–198, 2021.

LELIS, Rafael Carrano. "Transviado também faz revolução! Um olhar maquiaveliano sobre a Revolta de Stonewall." **Revista de Ciências do Estado** v.4, no. 2 (2019): 1-16.

LIMA, Alan Greicon Macedo. A atuação do Movimento Homossexual contra políticas discriminatórias e a pandemia de Aids nos EUA na década de 1980. Anais III Semana de Relações Internacionais Ufabc-Unifesp, São Bernardo do Campo, 2017. s/p.

LIMA, Ana Cláudia Teixeira de. **O câncer gay e o orgulho gay: a experiência da AIDS para o movimento LGBT da cidade do Rio de Janeiro (1986-1995) / Gay cancer and gay pride: an AIDS experience for the LGBT movement in the city of Rio de Janeiro (1986-1995)**. 2019. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2019.

LIMA, Maria de Fátima Evangelista Mendonça; EDDINE, Eder Ahmad Charaf. Homossexualidades: espaço em uma revista especializada. **Temas em Psicologia** 23, no. 3 (2015): 789-801.

MACEDO, Pedro Henrique. **A (des) patologização da homossexualidade: uma análise fenomenológica-existencial a partir dos constructos de Heidegger**. 2017. 40 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Faculdades Atibaia, Atibaia, 2017.

MELETTI, A.T.; COMIN, F.s.. Conjugalidade e Expectativas em Relação à Parentalidade em Casais Homossexuais. **Psicologia - Teoria e Prática**, GN1 Genesis Network, v. 17, n. 1, p. 37-49, 27 abr. 2015.

MELLO, Iran Ferreira de *et al.* Breves notas históricas sobre sexualidades e identidades de gênero periféricas: o alvorecer do movimento LGBT no mundo. **Bagoas**, Recife, v. 1, n. 14, p. 205-232, jan. 2016.

MENEZES, Moisés Santos de. LGBT e mercado de trabalho: uma trajetória de preconceitos e discriminações. In: **CONQUEER - Conferencia Internacional de estudos Queer**, 1., 2018, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Realize, 2018. v. 1, p. 1-12.

NOGUEIRA Aline de Lira; ARAUJO, Normanda de Moraes. Famílias Constituídas por Lésbicas, Gays e Bissexuais: Revisão Sistemática de Literatura **Temas em Psicologia**, vol. 24, núm. 3, 2016, pp. 1051-1067 Sociedade Brasileira de Psicologia Ribeirão Preto, Brasil.

OLIVEIRA, Danielle Chaves de. **RETRATOS DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA: COMO A DIMENSÃO RACIAL TEM SIDO CONSIDERADA NO CENSO DEMOGRÁFICO DO IBGE**. 2022. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Programa de Pósgraduação em Relações Étnico-Raciais, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Cefet/Rj., Rio de Janeiro, 2022.

OLIVEIRA, Luana Farias. Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Militar (1964-1985). **Revista Periódicus**, [S.L.], v. 1, n. 7, p. 06-19, 18 maio 2017. Universidade Federal da Bahia.

OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de; SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. O IBGE e as pesquisas populacionais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 291-302, dez. 2005.

PEREIRA, Cleyton Feitosa. Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 1, n. 4, p. 115-137, jan. 2016. Semestral

PEREIRA, N. O. M.; AZEVEDO, M. M. Os povos indígenas e os censos do IBGE: uma experiência brasileira. In: Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de População, 1, 2004. Caxambu, Anais...Caxambu: ALAP. 2004.

PERES, Milena Cristina Carneiro; SUANE, Felipe Soares; DIAS, Maria Clara. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil : de 2014 até 2017**. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados,, 2018.

POLIDORO, Maurício; KAUSS, Bruno; CANAVESE, Daniel. Géographies gay du Rio Grande do Sul. **Confins**, [S.L.], n. 51, p. 1-19, 23 ago. 2021.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+**: uma breve história do século XIX aos nossos dias. Autêntica Editora, 2022.

REIS, Toni. Avanços e desafios para os direitos humanos das pessoas LGBT. 2011. Disponível em <https://www.tonireis.com.br/wp-content/uploads/2014/06/avancos.pdf>. Acesso em 30 julho 2023.

RODRIGUES, Vinícius Cainã Silva. O movimento LGBT vai ao mundo: uma análise histórico-discursiva de sua internacionalização. **O Cosmopolítico**, Niterói, v. 1, n. 6, p. 114-129, jun. 2019.

RODRIGUES, L., NOGUEIRA, C. E OLIVEIRA JOÃO MANUEL De (2010). Violência em casais LGB: estudo preliminar. In Nogueira, C., e Oliveira, João Manuel de. Estudo

sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero. (pp. 243-266). Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

SANTOS, Leonardo Leon Valgas dos. **Estatística e ideologia na medição do desemprego**. 2002. 59 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SILVA, Adriane das Neves e GOMES, Romeu. Acesso de mulheres lésbicas aos serviços de saúde à luz da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 26, suppl 3 p. 5351-5360.

SILVA, Samuel Araújo Gomes da. **“Nós que mudamos, eles não”: A importância do suporte familiar, da idade e do gênero na análise do desenvolvimento da identidade sexual e da saúde mental de lésbicas, gays e bissexuais em Minas Gerais**. 2021. 284 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Demografia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

SOUZA, Luiz Henrique Braúna Lopes de. Trabalho e diversidade sexual e de gênero: dilemas entre a inserção econômica e social no mercado de trabalho e as estratégias de sobrevivência da população lgbt. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, [S.L.], v. 3, n. 10, p. 252-275, 31 dez. 2020. Pimenta Cultural.

SWAIN, Tania Navarro. Feminismo e lesbianismo: A identidade em questão. **Cadernos Pagu**, Brasília, v. 1, n. 12, p. 109-120, set. 1999.

TEISCHMANN, Kamila. História do movimento LGBT no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Pimenta Cultural, v. 3, n. 12, p. 220-226, 5 abr. 2021.

VASCONCELOS, Nádia Machado de *et al.* Violência contra pessoas LGBTQ+ no Brasil: análise da pesquisa nacional de saúde 2019. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, [S.L.], v. 26, n. 1, p. 1-16, 2023.

Submetido em: abril de 2024

Aceito em: janeiro de 2025